

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 61ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
1.2 – Reuniões de Comissões

2 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/8/2017

Presidência dos Deputados João Leite e Sargento Rodrigues

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.471, 4.472 e 4.475/2017; Requerimentos nºs 8.094 a 8.110/2017; Requerimento Ordinário nº 2.983/2017 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação, de Administração Pública e de Segurança Pública – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Coronel Piccinini, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira, da deputada Marília Campos e dos deputados Paulo Guedes e João Leite – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Designação de Comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457 – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Henrique – Celise Laviola – Coronel Piccinini – Cristiano Silveira – Duarte Bechir – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Noraldino Júnior – Paulo Guedes – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado João Leite) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.471/2017

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de agosto de 2017.

Deputado Sargento Rodrigues – PDT

Presidente da Comissão de Segurança Pública

Justificação: A Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, em pleno e regular funcionamento desde 14/06/1996, cumprindo suas finalidades estatutárias, é uma instituição civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade desenvolver a comunidade, defendê-la, proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes, dentre outros objetivos.

Mencionada instituição destina a totalidade de suas rendas ao atendimento, gratuito, de suas finalidades, não distribui seus lucros ou dividendos, nem concede remuneração ou parcela de seu patrimônio, vantagens ou benefícios sob nenhuma forma a Dirigentes, Conselheiros Associados ou Instituidores.

Sua Diretoria é constituída de membros de reconhecida idoneidade moral, nada constando que desabone sua conduta. Outrossim, como mencionado, a entidade não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob nenhuma forma.

Por fim, ressalta-se que é previsto em seu estatuto que no caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados a entidade congênere, legalmente constituída no Estado de Minas Gerais, detentora de utilidade pública estadual.

Assim, por preencher os requisitos da Lei nº 12.972 de 1998, conto o apoio dos nobres pares na aprovação do projeto ora apresentado.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.472/2017

Declara de utilidade pública a Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense, com sede no Município de Itajubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense, com sede no Município de Itajubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 2 de agosto de 2017.

Deputado Ulysses Gomes – PT

Presidente da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Justificação: A Associação de Catadores Autônomos de Reciclagem Itajubense tem como finalidade apoiar e defender os interesses dos catadores de materiais recicláveis, favorecendo a união e organização dos mesmos, promovendo condições de trabalho com segurança e lutando para que estes trabalhadores sejam respeitados e que suas atividades sejam reconhecidas legalmente.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.475/2017

Dispõe sobre o transporte intermunicipal de escolares e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os veículos utilizados para o transporte intermunicipal de escolares devem, além de outras exigências do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – e do Conselho Nacional de Trânsito – Contran –, possuir sistema de identificação biométrica do condutor, interligado aos sistemas de controle e fiscalização do DEER-MG.

Parágrafo único – Considera-se transporte intermunicipal de escolares, para efeitos desta lei, o serviço que utiliza veículos automotores que dependem de autorização do DEER-MG para circular, o qual se destina a transportar alunos da educação básica, das redes pública e privada, entre um local previamente definido e o estabelecimento de ensino em que o estudante está matriculado, sendo que a origem e o destino devem estar, obrigatoriamente, situados em municípios distintos.

Art. 2º – O transporte citado no art. 1º, de crianças com até 12 anos, deverá, obrigatoriamente, ocorrer com a presença de um acompanhante maior de idade, para auxiliar o condutor no embarque e desembarque dos alunos.

Art. 3º – Os profissionais citados nos arts. 1º e 2º deverão estar previamente cadastrados e autorizados a prestar esse serviço pelo DEER-MG.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor 180 dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de agosto de 2017.

Deputado Luiz Humberto Carneiro – PSDB

Vice-Líder do Bloco Verdade e Coerência

Justificação: Apesar de as competências para legislar sobre o transporte escolar serem preponderantemente da União e dos municípios, consideramos que, pela garantia do direito à vida, à segurança e à educação, previstos, respectivamente, nos arts. 5º e 6º da Constituição Federal, cabe a esta egrégia Casa Legislativa dispor regras para o transporte de escolares prestado entre os municípios

do Estado. Ponderamos que, se aprovadas, as exigências contidas nesse projeto de lei não afrontarão os demais entes federados, como exposto, mas tão somente darão maiores garantias aos usuários de um transporte que já necessita de autorização e já é fiscalizado pelo DEER-MG.

Em nosso entendimento, essa proposição tampouco fere o poder regulamentar daquele órgão, mas, sim, servirá de norte para novas regulamentações a serem por ele editadas visando, mais uma vez, a garantia do direito à vida, à segurança e à educação dos estudantes mineiros.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Transporte para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.094/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 7ª Companhia Independente de Policiamento Especializado da Polícia Militar e no 23º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/8/2017, em Divinópolis, que resultou na apreensão de drogas, produto usado para refino e embalagem de droga, macaco hidráulico e balança de precisão; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.095/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para ampliar as bases do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na macrorregião Sul do Estado.

Nº 8.096/2017, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações sobre as seguintes questões: a composição dos expedientes no conselho em relação a percentual por câmaras: ensino fundamental, ensino médio e educação superior; o número de processos por conselheiro por ano; a necessidade do número de conselheiros previsto atualmente; e o número de alunos do Estado por etapa educacional: ensinos fundamental, médio e superior. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.097/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para implementação da rede de assistência em oftalmologia na macrorregião Sul do Estado.

Nº 8.098/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para o restabelecimento do teto financeiro para custeio da rede de assistência em cardiologia em São Sebastião do Paraíso e região, conforme o Plano Diretor de Regionalização, que, em 2014, era de R\$504.000,00 mensais e, atualmente, está em R\$228.000,00 mensais.

Nº 8.099/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para que sempre constem nos relatórios detalhados quadrimestrais apresentados pelo gestor do SUS, em cumprimento ao art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012, as informações referentes ao montante e à fonte dos recursos aplicados no período, as informações sobre a execução dos restos a pagar, bem como os valores de restos a pagar cancelados e prescritos por exercício de referência.

Nº 8.100/2017, da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para a aquisição, com urgência, de um acelerador linear para o Hospital Imaculada Conceição, do Município de Curvelo.

Nº 8.101/2017, do deputado Gil Pereira, em que requer a inserção, nos anais da Casa, da série de reportagens *Mulheres de Fibra*, de autoria do repórter Luiz Ribeiro, publicada no jornal *Estado de Minas* de 29 a 31 de agosto de 2016, vencedora do Prêmio Banco do Nordeste – BNB de Jornalismo – edição 2017, na categoria extrarregional. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.102/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 50º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 1º/8/2017, em Montes Claros, que resultou na apreensão de armas de fogo e na detenção de duas pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.103/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para a adoção, no âmbito do Estado, do projeto de divulgação da poesia e da literatura da escritora Andreia Donadon Leal, realizado nas escolas públicas de Mariana.

Nº 8.104/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – e à Procuradoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico em Belo Horizonte pedido de providências para a formulação de um parecer acerca da política pública relativa à preservação do patrimônio cultural do Estado.

Nº 8.105/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – e à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para realizar levantamento dos bens culturais tombados do Município de Além Paraíba que foram pontuados para o repasse de verbas do ICMS cultural.

Nº 8.106/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à bancada mineira na Câmara dos Deputados e no Senado Federal pedido de providências com vistas à revisão, pelo Contran, da Resolução nº 168, de modo que os municípios com menos de 100 mil habitantes possam realizar provas em vias públicas devidamente sinalizadas, já que a construção de motopistas é inviável para esses municípios, devido à baixa demanda. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.107/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja formulado voto de congratulações com o governador do Estado, o Sesc, o Institut Français e a Embaixada da França no Brasil pela realização do fórum Políticas Culturais em Debate.

Nº 8.108/2017, da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – e à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que seja formulado parecer acerca do uso de verbas públicas em imóveis e bens culturais particulares tombados, tratando dos fundamentos e da legislação pertinentes à matéria, em atendimento ao pedido do vereador Rodrigo José França, do Município de Além Paraíba.

Nº 8.109/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 65º Batalhão de Polícia Militar e no 2º Batalhão de Policiamento Especializado da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/7/2017, em Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de drogas, material para dolagem, balança de precisão e na detenção de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.110/2017, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º e no 6º Batalhões de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 29/7/2017, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de 87kg de maconha e na detenção de uma pessoa; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (– À Comissão de Segurança Pública.)

REQUERIMENTO ORDINÁRIO Nº 2.983/2017

Do deputado João Magalhães, em que requer a V. Exa., nos termos do art. 183 do Regimento Interno, seja o Projeto de Lei nº 3.298/2016 distribuído à Comissão de Administração Pública para parecer.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Educação, de Administração Pública e de Segurança Pública.

Oradores Inscritos

– Os deputados Coronel Piccinini, Sargento Rodrigues e Cristiano Silveira, a deputada Marília Campos e o deputado Paulo Guedes proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

O presidente (deputado Sargento Rodrigues) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado João Leite.

– O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado João Leite) – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A presidência, no uso de suas atribuições, determina o arquivamento, por perda de objeto, do Requerimento Ordinário nº 2.782/2017, do deputado Sargento Rodrigues, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 3 de agosto de 2017.

João Leite, no exercício da presidência.

Designação de Comissões

O presidente – A presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, referente à data-base de 2016 e dá outras providências. Esse é o Projeto de Lei nº 3.840/2016 do Tribunal de Justiça. Pelo Bloco Minas Melhor – BMM: efetivos – deputados João Magalhães e Ivair Nogueira; suplentes – deputados Durval Ângelo e Geraldo Pimenta; pelo Bloco Compromisso com Minas Gerais – BCMG: efetivos – deputados Hely Tarquínio e Fred Costa; suplentes – deputados Noraldino Júnior e Anselmo José Domingos; pelo Bloco Verdade e Coerência – BVC: efetivo – deputado Dilzon Melo; suplente – deputado Luiz Humberto Carneiro. Designo. Às comissões.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 8.095 e 8.097 a 8.100/2017, da Comissão de Saúde, e 8.103 a 8.105, 8.107 e 8.108/2017, da Comissão de Cultura. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Educação – aprovação, na 14ª Reunião Ordinária, em 1º/8/2017, dos Requerimentos nºs 7.843 e 7.844/2017, do deputado Fábio Cherem, e 7.848/2017, da Comissão de Administração Pública;

de Administração Pública – aprovação, na 13ª Reunião Ordinária, em 2/8/2017, dos Requerimentos nºs 7.780/2017, do deputado Carlos Pimenta, e 7.877/2017, do deputado Elismar Prado; e

de Segurança Pública – aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 2/8/2017, dos Requerimentos nºs 6.357, 6.358, 6.397, 6.427, 6.428, 6.432, 6.435, 6.436, 6.441 e 6.442/2017, do deputado Cabo Júlio, 7.654, 7.727 e 7.763/2017, do deputado Sargento Rodrigues, 7.661/2017, do deputado Hely Tarquínio, 7.730 e 7.847/2017, da Comissão de Administração Pública, 7.762/2017, do deputado Bosco, 7.803/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 7.879/2017, do deputado Elismar Prado, e 7.889/2017, do deputado Douglas Melo (Ciente. Publique-se.).

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que está encerrada, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em turno único, das Indicações nºs 39 e 40/2016, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O presidente – A presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 8, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 8/8/2017.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA E DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2017

Às 15h16min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Antonio Carlos Arantes e Isauro Calais, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, e o deputado Felipe Attiê, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Estão presentes também os deputados Leonídio Bouças e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião das comissões nesta sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as questões relativas aos aspectos ambientais no setor agropecuário, levantadas pelos produtores rurais da região de Frutal, entre elas a concessão de outorgas, a exigência de fossas sépticas, áreas de preservação permanente – APPs – e procedimentos de tramitação de protocolos e requerimentos junto à Supram. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa a Sra. Maria Cecília Marchi Borges, prefeita de Frutal; e os Srs. Marcelo Passuelo, prefeito de Fronteira; Leandro Wili, coordenador regional das Promotorias do Meio Ambiente, representando o promotor de justiça do Meio Ambiente da Comarca de Frutal; Lucas Martins Staher Berbert, analista ambiental, representando a diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam; José Victor de Resende Aguiar, superintendente regional da Supram em Uberlândia; Fernando Ribeiro Rodrigues, vice-presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Frutal, representando o presidente; Antônio Augusto Melo Malard, superintendente de Apoio à Regularização Ambiental; Rodrigo Carvalho Fernandes, superintendente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o secretário. A presidência concede a palavra ao deputado Arnaldo Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 junho de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2017

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Roberto Andrade e Braulio Braz, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Roberto Andrade, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, entregar o diploma referente a voto de congratulações com o Sr. Edmar Lisboa Bacha, economista, por assumir a cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa os Srs. Edmar Lisboa Bacha, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor do Instituto de Estudos em Política Econômica; Sérgio Teixeira, prefeito do Município de Lambari; João Paulo Fonseca Reis, vice-prefeito do Município de Lambari; Paulo de Tarso Almeida Paiva, ex-ministro e professor da Fundação Dom Cabral; Lucas Guimaraens, superintendente da Biblioteca Pública de Minas Gerais, representando o secretário de Estado de Cultura; e Amilcar Vianna Martins Filho, diretor do Instituto Cultural Amilcar Martins – Icam –, representando também a Academia Mineira de Letras. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2017.

Roberto Andrade, presidente – Ivair Nogueira – Noraldino Júnior – Gil Pereira.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/7/2017

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Dirceu Ribeiro e Thiago Cota, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 8.937, 8.842 a 8.853, 8.856, 8.859, 8.864, 8.867 a 8.870, 8.872 a 8.928 e 8.937/2017. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 9.043/2017, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à presidente do Conselho Estadual de Educação, Tecnologia e Ensino Superior pedido de informações substanciadas nas seguintes questões: historicamente como é a composição dos expedientes no conselho, em relação a percentual por câmaras: ensino fundamental, ensino médio e educação superior?; qual é o número de processos por conselheiro por ano; o número de conselheiros previsto atualmente é necessário?; qual o número de alunos do Estado por etapa educacional: ensinos fundamental, médio e superior?;

nº 9.044/2017, da deputada Celise Laviola, em que requer seja realizada audiência pública para debater a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de agosto de 2017.

Celise Laviola, presidente – Cristiano Silveira – Dirceu Ribeiro.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/7/2017

Às 10h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Neilando Pimenta e Luiz Humberto Carneiro (substituindo, respectivamente, os deputados Tito Torres e Felipe Attiê, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 11h51min, são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Cássio Soares, Carlos Henrique e Ulisses Gomes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 947/2015 e Projeto de Lei Complementar nº 27/2015 (deputado Cássio Soares), Projetos de Lei nºs 1.067/2015, e 3.443/2016 (deputado Ivair Nogueira), Projetos de Lei Complementar nºs 3 e 13/2015 e Projeto de Resolução nº 10/2015 (deputado Ulysses Gomes), todos no 1º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 2.014/2015 e 3.988/2017 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão, por haverem sido apreciados em reunião anterior. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015 na forma do vencido no 1º turno (relator: deputado Ulysses Gomes). Registra-se a presença do deputado Felipe Attiê. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 7.793/2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2017.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Ivair Nogueira – Tito Torres.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/7/2017

Às 14h30min, comparece na Sala das Comissões o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Suspende-se a reunião. Às 15h52min são reabertos os trabalhos com os deputados Noraldino Junior, presidente, Geraldo Pimenta e Neilando Pimenta (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BVC). A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência de convidados, debater o manejo ético da fauna urbana, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.110/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Divinópolis pedido de informações sobre quais os exames, a metodologia e as ações a serem adotadas pelo serviço de zoonoses do município no tocante aos exames para leishmaniose em cães a serem realizados no bairro em que foi constatado um caso dessa doença em humanos;

nº 9.111/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça de Ouro Preto pedido de providências para garantir o cumprimento das leis de proteção animal no Centro de Controle de Zoonoses de Ouro Preto;

nº 9.112/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde em Divinópolis pedido de informações sobre a veracidade das denúncias de que o Centro de Controle de Zoonoses da cidade não realizará cirurgias de castração de animais no mês de junho devido à falta de medicamento e, em caso afirmativo, o porquê dessa carência;

nº 9.113/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil em Contagem pedido de providências para que seja instaurado um inquérito policial para apurar o atropelamento, ocorrido em 26/5/2017, do cão Chileno, que era cuidado por funcionários do depósito do Supermercado BH, localizado no Bairro Nacional, em Contagem;

nº 9.114/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao 10º Departamento de Polícia Civil em Patos de Minas pedido de providências para instaurar inquérito policial para apurar a ocorrência de crime de maus-tratos contra um cavalo em Patos de Minas, no dia 7/6/2017;

nº 9.115/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Prata pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Expo Praia, que ocorrerá entre os dias 2 a 6 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016;

nº 9.116/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Ouro Fino pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Ouro Fino Rodeio Festival, que ocorrerá entre os dias 10 a 13 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016;

nº 9.117/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Camanducaia pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Camanducaia Country Fest, que ocorrerá entre os dias 17 a 19 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016;

nº 9.118/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Promotoria de Justiça em Nova Lima pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Ouro Fino Rodeio Festival, que ocorrerá entre os dias 20 a 23 de julho de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016;

nº 9.119/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Promotoria de Justiça Única em Turmalina pedido de providências para realizar uma fiscalização no evento Festa do Peão de Turmalina, que ocorrerá entre os dias 18 a 20 de agosto de 2017, a fim de que seja verificado se o evento em questão está sendo realizado com observância às normas que regulamentam rodeios, exposições e eventos similares, bem como se está em consonância com a legislação ambiental no que tange à proteção e bem-estar dos animais, destacando-se a Lei Estadual nº 22.231, de 2016;

nº 9.120/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulada manifestação de repúdio a Wellington Arantes Muniz Carvalho pela declaração feita no dia 20/6/2017, durante uma sessão plenária da Câmara Municipal de Ituiutaba em que se discutia a situação dos animais de rua da cidade;

nº 9.121/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao desembargador Wander Marota, do TJMG, voto de congratulações pela decisão que proibiu a realização da vaquejada no Município de Governador Valadares, evidenciando a sua sensibilidade, respeito e conhecimento sobre a senciência animal;

nº 9.122/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhada manifestação de repúdio à palestra apresentada pelos Srs. Luciano Elo e Michael Lise na reunião conjunta das Câmaras Técnicas de Epidemiologia em Saúde Ambiental, em 9 de março de 2017, na qual apresentam-se como problemas o fato de os veterinários se negarem a fazer a eutanásia em animais com doenças tratáveis e as entidades de produção animal pressionarem o poder público a tratar os animais doentes;

nº 9.123/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com o objetivo de incluir a esporotricose à lista de notificação compulsória do Estado;

nº 9.124/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça em Campo Belo pedido de providências para que seja apurada a denúncia de que funcionários da Prefeitura Municipal teriam abandonado, aproximadamente, 30 animais que estavam sob tutela do poder público municipal no dia 1º/7/2017;

nº 9.125/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os impactos e desafios dos programas de controle populacional ético de cães e gatos;

nº 9.126/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a contribuição da Terapia Assistida por Animais para a proteção animal;

nº 9.127/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Contagem pedido de providências para que realize fiscalização na Feira de Artesanato do Bairro Eldorado a fim de verificar a condição dos animais que estão sendo vendidos no local, diante de denúncias de que os animais ficam mal acondicionados, expostos ao sol, além de ficarem sem água e ração durante horas.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Flávia Quadros Campos Ferreira, médica veterinária; Adriana Araújo, integrante do Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais; Amélia Margarida de Oliveira, médica veterinária do Projeto Veterinários na Estrada; Daniela Araújo, integrante da ong Do Bem Pet, e Aline de Jesus Matos, presidente da ong Associação Justo Olhar; e o Sr. Rogério Marinho Junior, investigador da Polícia Civil. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2017.

Noraldino Júnior, presidente – Leandro Genaro – Geraldo Pimenta.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2017

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões o deputado Cristiano Silveira, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater os conflitos fundiários existentes no Vale das Cancelas, em Grão Mogol, e a receber e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carine Guedes Ramos, membro do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Lourdes Francisco da Costa, líder da

Comunidade São Lourenço; e os Srs. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, juiz auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, representando o Sr. André Leite Praça, corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Adriano Tostes de Macedo, analista ambiental, representando o Sr. Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Geraldo Vitor de Abreu, subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária, representando o Sr. Professor Neivaldo, secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário; Cap. Ricardo Foureaux, assessor de Direitos Humanos da PMMG, representando o Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, procurador de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; André Sperling Prado, promotor de justiça, Coordenador de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos – do Ministério Público do Estado; Alexandre Gonçalves, representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Adair Pereira de Almeida, representante da Comunidade do Território Tradicional Geraizeiro do Vale das Cancelas, no Município de Grão Mogol; Henri Collet, diretor da Unidade de Conservação do IEF, e Joceli Andreoli, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra aos demais deputados. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Noraldino Júnior – Marília Campos.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 1º/8/2017

O deputado Vanderlei Miranda* – Sr. Presidente, quero dar as boas-vindas a V. Exa. e também aos nossos pares, deputados e deputadas, à nossa assessoria, aos profissionais da imprensa e àqueles que nos acompanham das galerias. Quero saudar, de forma muito cordial, aqueles que, de casa ou de seu local de trabalho, acompanham os trabalhos da Assembleia, nesta tarde, 1º de agosto, início das nossas atividades neste segundo semestre.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dizer que, quando pensamos que já fomos surpreendidos por tudo quanto é coisa ruim na televisão, de repente, chega uma informação nova. Naturalmente tomei conhecimento dela após passado um bom tempo. O que vou trazer agora é um relato para os senhores, principalmente para os pais, avós, enfim, para quem tem crianças no ambiente da sua casa e para quem não as tem. Meus filhos já cresceram, são adultos, mas hoje tenho meus netos e novamente vivo a experiência de conviver com crianças e vejo a inocência delas.

Foi lançado um desenho animado, deputado Antônio Jorge. Preste atenção, estou falando de um desenho animado. Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, quando falamos em desenho animado, pensamos em quê? Em criança, não é verdade? Pois bem, essa é a ideia, esse é o conceito do desenho animado: uma diversão, um passatempo, um lazer para as crianças.

Pasmem os senhores e as senhoras que me acompanham de casa: na TV paga, na Net, dentro de um pacote que se chama Now, há um canal chamado HBO, que tem um desenho intitulado *Festa das salsichas*, presidente! Sabe o que esse desenho mostra? Na verdade, ele mostra uma ambientação dentro de um supermercado, onde legumes e salsichas fazem uma festa quando são comprados e levados para casa por algum consumidor. Até aí parece um desenho inocente, se não fosse uma observação na abertura do filme, do desenho, que diz que é um desenho adulto, para maiores de 18 anos. Isso está lá, na Net, dentro do pacote do Now, no canal da HBO, sem codificação e sem senha. Ou seja, qualquer criança que entrar no pacote da televisão pode assistir a isso.

E sabe o que ela verá, Sr. Presidente? Cenas de sexo explícito entre legumes e salsichas. Cenas de sexo explícito, não estou exagerando. Quando recebi essa informação, pensei que havia certo exagero, mas já estou recebendo notícia de mães que estão chegando às salas, desesperadas, por verem seus filhos assistindo a esse desenho, deputado João Leite. As nossas crianças já são tão atacadas, tão agredidas! Agora me vem uma produção americana, que custou US\$19.000.000,00, deputado Carlos Henrique, e que já faturou mais de US\$140.000.000,00. E faço aqui uma pergunta: que mente adulta é essa, que tem prazer em assistir a um desenho animado, em que cenas de sexo explícito entre legumes e salsichas estão sendo mostradas, sem nenhuma reserva de segurança, deputado João Leite? Essa é a minha indignação. Qualquer criança e a qualquer hora do dia! O deputado Carlos Henrique perguntou: “Mas que horas isso está sendo exibido?”. Qualquer hora do dia. Alguém pode dizer que hoje existem mecanismos de bloqueio, que se pode bloquear através de senha, mas 99% dos pais e dos avós não fazem isso. Sabemos que não fazem. E lá está, então, essa imoralidade à disposição das nossas crianças.

E o que é pior também, deputado Duarte Bechir: quando entramos na Net, no pacote do Now, no canal da HBO, vemos vários filmes à disposição, e o único desenho que está entre os filmes é esse. Se uma criança entra ali e vê o desenho, é natural que a curiosidade vai fazê-la acionar o desenho, porque é uma coisa atrativa para a criança. E o único mecanismo que existe é uma informação na abertura dizendo que é um desenho para adulto, para maiores de 18 anos. Sem exagero algum, esse desenho deveria estar onde estão os filmes de pornografia, que precisam, sim, de uma senha para serem acessados. Não era para ele estar onde está, porque crianças estão acessando, crianças estão assistindo. Como eu disse, já não basta a agressão que as nossas crianças sofrem, de tantas ordens e naturezas, agora me vem uma produção como essa sendo exibida aqui no Brasil. Sabem qual foi a classificação nos Estados Unidos? Dezesesseis anos. Aqui colocaram a classificação de 18 anos; mas não interessa, não é a classificação, é o fato de estar lá, aberto. Qualquer criança pode entrar e assistir.

Temos feito um trabalho – o deputado João Leite, o deputado Carlos Henrique e outros deputados desta Casa têm feito esse trabalho – para proteger as famílias. O deputado Dalmo Ribeiro Silva, da mesma forma. Tantos deputados e deputadas têm trabalhado essa questão do valor da família, e, de repente, não bastasse uma televisão aberta, com qualidade questionável, que só ensina coisas que não prestam – infelizmente pouca coisa se aproveita na televisão aberta –, há agora situações como essa que acabei de mencionar na TV paga. Na verdade, estou falando aqui de um desenho, mas são tantos os outros produtos que lá estão, e abertos, podendo ser acessados por qualquer um, o que, de certa forma, nos deixa indignados.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)* – Deputado Vanderlei Miranda, eu queria, muito rapidamente, dizer que temas como o que V. Exa. traz hoje ao Plenário são importantíssimos e precisam ser discutidos aqui, porque somos legisladores, e é obrigação de todos nós estarmos atentos a movimentos, embora não tenhamos capacidade legiferante para modificar essa situação. Em muitas ocasiões, cabe à Assembleia o debate e enviar os encaminhamentos correspondentes às autoridades competentes, que, lá na frente, tomarão as devidas providências.

Quero saudar V. Exa., que, de forma responsável, entre um momento e outro em que se discutem o País, a economia e o desemprego, traz um tema palpitante e interessante a esta Casa na tarde de hoje. Faz parte da formação ética e religiosa, sim, mas faz parte também do desejo do deputado Vanderlei Miranda, não só como servo de Deus, mas também como homem responsável, que está atento a tudo o que é prejudicial à família.

Deputado Vanderlei Miranda, no início dos anos 70 eu morava em Campo Belo e me lembro de que a televisão era em preto e branco e colocávamos na frente uma tela plástica que imitava as cores verde e amarela. Antes das novelas, ouvíamos: “Este programa é recomendado para crianças de tantos anos. Censura: Este programa é liberado...”. Havia uma censura, com a qual eu não concordava, e hoje, se isso voltar, não concordarei com ela. Mas essa situação que V. Exa. traz é falta de respeito, é falta de responsabilidade dos que fazem televisão para a família. Colocam a TV aberta dentro de casa, embora seja paga; colocam-na de forma aberta, livre, para que uma criança assista a desenhos como esses, que só denigrem a nossa filosofia de vida. Então, quero

compartilhar com V. Exa. o sentimento trazido, na tarde de hoje, quanto a essa ação de responsabilidade. E que isso não fique somente na fala hoje, neste Plenário, no primeiro dia de trabalho do segundo semestre de 2017. Que essa questão seja enviada aos órgãos competentes por meio das comissões pertinentes da Casa, com pedido de reparação, para que isso seja cortado, inibido, para que não seja tão fácil uma criança acessar um desenho com conteúdo impróprio para a sua idade. Portanto, quero parabenizar V. Exa. pela responsabilidade e pela pertinência do tema. Parabéns, deputado.

O deputado Vanderlei Miranda* – Obrigado, deputado Duarte Bechir. Quero salientar que estamos preparando um requerimento e o encaminharemos à Comissão de Defesa do Consumidor, a pedido do deputado João Leite, para discutirmos esse assunto na comissão, até porque isso tem a ver com a defesa do consumidor, uma vez que se trata de TV paga. Ou seja, é um produto vendido a nós, consumidores, e, de certa forma, coloca-nos diante de uma situação tão constrangedora.

Antes de conceder aparte ao deputado Carlos Henrique, quero fazer a leitura de uma sinopse que a minha assessoria extraiu das informações sobre esse famigerado desenho, sobre essa pornografia. Há expressões aqui, e não vou me furtar a usá-las porque estão na observação dos críticos desse desenho. Vejamos o que diz o resumo. “Considerado pela crítica como: humor adulto e sem filtros.” A quantidade de palavrões que se usam nesse desenho é um negócio que não dá para explicar. Tudo o que você imaginar que já ouviu de palavrões em algum filme nesse desenho é dez vezes mais, deputado Arnaldo. “Animação proibida para os pequenos; é um longa ancorado em um roteiro mais fraco que o de muitas tramas infantis e que se afasta dos menores apenas por estar cheio de palavrões, sexo e drogas.” Vejam só: afasta-se das crianças, dos pequenos, apenas por essas três aberrações, porque tem palavrões, sexo explícito e drogas. A crítica diz ainda: “Os diálogos do filme são repletos de duplo sentido e palavrões. Festa da salsicha é um filme para quem deseja ver uma verdadeira suruba entre alimentos”. Isso está aqui. Não fui eu que escrevi; é a crítica. “Ou seja, é uma animação que tem dividido opiniões, principalmente porque a história usa vários temas para brincadeiras, como religião” – ataca a religião –, “as divergências entre árabes e judeus e até piadas antigas de cunho sexual.” Vamos conviver com isso?

Deputado Mourão, V. Exa., assim como eu, tem o privilégio de ser avô. Vamos ver os nossos netos expostos a isso? Não podemos.

O deputado Carlos Henrique (em aparte)* – Deputado Vanderlei Miranda, tive a oportunidade lamentável – vamos assim dizer – de assistir a um filme. O primeiro episódio do filme foi divertido e teve um tom humorístico, mas, no segundo episódio, de cada cinco palavras ditas, pelo menos três eram palavrões. O filme era o *Minha mãe é uma peça*, na sua última versão. Eu observava claramente o constrangimento de muitas pessoas que naquele momento acompanhavam o filme pelo grande volume de palavras não adequadas à classificação de idade. Acho que as famílias, a sociedade vive um constante e permanente ataque dos que querem, de qualquer forma, embutir na mente das pessoas um padrão, um tipo de comportamento que a sociedade brasileira repudia, não aceita.

Em muitos casos, a palavra “conservador” está servindo de chacota, considerada algo retrógrado, algo de pessoas que já não vivem aqui, vivem no mundo da lua. Pessoas como V. Exa. e muitos outros deputados que são, sim, conservadores dentro de um ambiente familiar, ordeiro, de um convívio pacífico, onde as pessoas podem, de fato, viver em harmonia, em sociedade, num nível de respeito ao próximo...

O que V. Exa. traz à baila nesta tarde faz-me lembrar do vereador Betinho Duarte, um vereador que muitas vezes recebeu diversas críticas, muitas chacotas por conta de sua postura combativa a situações e pautas como esta.

Fui vereador de Belo Horizonte com ele e com V. Exa. – e não quero discutir aqui como ele tratava esses assuntos, que eram relevantes, porque o conteúdo, a forma é outra questão –, e precisamos de fato trazer esse assunto à Assembleia, às comissões pertinentes, avançar nessa pauta, levar aos órgãos competentes o repúdio desta Casa por se permitir que um canal de divulgação de massa, de mídia, que é a Net, não tenha nenhum bloqueio, nenhuma espécie de censura prévia e permita que esse filme ou esse desenho animado seja divulgado em plena luz do dia, sem nenhum tipo de advertência nem possibilidade de bloqueio por parte dos pais.

Isso serve como uma advertência aos pais, para que possam, sim, acompanhar o que os seus filhos estão assistindo na televisão e na internet. Muito obrigado.

O deputado Vanderlei Miranda* – Obrigado, deputado Carlos Henrique e os deputados que me apartearam. Agradeço também ao presidente. Fica aqui a minha palavra de alerta aos senhores que têm filhos, têm crianças no ambiente familiar. Muito cuidado com esse conteúdo da Net, dentro do pacote do Now, especificamente no canal da HBO. Muito obrigado e boa tarde.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente e nobres deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, retornamos hoje, numa reunião com alta presença dos nobres parlamentares, e dois assuntos de muita importância me conduzem, mais uma vez, à tribuna desta Assembleia.

O primeiro deles diz respeito às comemorações iniciadas no final de semana passado e que vão se estender até o próximo final de semana. São as comemorações de Nossa Senhora da Abadia, que ocorrem no Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Romaria, bem perto de Uberlândia. Durante todos os anos em que se realizou essa grande festa religiosa e tradicional no Triângulo, em que se comemoram os 147 anos do Santuário de Nossa Senhora da Abadia, a festa contou com a orientação, a sinalização e até mesmo com a fiscalização da Polícia Rodoviária Federal, do Dnit, que promovia a segurança dos romeiros que se dirigiam às cidades de Romaria. Mais de 40 cidades participam dessa comemoração. Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, na última festa, a estimativa, em cada final de semana, foi de mais de 90 mil fiéis participando das comemorações de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Romaria. A Polícia Rodoviária fez o levantamento do último evento na Rodovia BR-365, que liga Uberlândia ao trevo que dá acesso à MG-190, com destino a Romaria. Só nesse trecho, 40 mil romeiros caminharam no ano passado, no período dessa festa, e este ano a quantidade de fiéis causou surpresa aos organizadores, principalmente ao Pe. Márcio, e aqui fazemos o registro do trabalho realizado por ele na cidade de Romaria. Neste ano, não contamos com nenhuma fiscalização, sinalização nem nenhum trabalho de segurança disponibilizado aos romeiros.

Mesmo se tratando de uma rodovia federal, entramos em contato com a superintendência do Dnit, aqui em Belo Horizonte, e ela nos garantiu que seria autorizada a realização tanto da sinalização quanto do trabalho de prevenção e segurança, mas, até agora, nada. Passou o primeiro final de semana, e o volume do trânsito de romeiros que caminham nas rodovias próximas a Uberlândia e a Romaria aumenta cada vez mais. Recebemos mais uma péssima notícia: a proibição, também por parte do Dnit, das barracas de apoio, que sempre foram instaladas e que sempre serviram aos romeiros durante o período de comemoração da padroeira Nossa Senhora da Abadia.

Estamos aqui, e vamos, por meio da Assembleia, exercer nosso trabalho parlamentar, visando, acima de tudo, à segurança dos mineiros, dos cidadãos de Minas Gerais que transitam por aquelas rodovias e querem, num ato de fé, participar das comemorações na cidade de Romaria.

Participamos, ontem, na sede da reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, de uma importante reunião, e queremos trazer e compartilhar, desde já, no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, um assunto também de muita importância e gravidade, que está ocorrendo hoje no Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, um hospital que é referência – e vou dizer mais – que é o alicerce, a coluna-mestra que segura a saúde pública não só em Uberlândia, mas também em toda a região. Quantos municípios não dependem do atendimento do Hospital das Clínicas da UFU, em Uberlândia?

Tivemos ontem uma reunião com a reitoria e nos foram repassadas informações que trazem grande preocupação para a nossa região. O Estado de Minas deve hoje, em termos de repasse da saúde, nos programas de saúde do Estado para a universidade, para o Hospital das Clínicas, cerca de R\$22.000.000,00.

Programas como o Pro-Hosp, cirurgias cardíacas pediátricas, tratamentos oncológicos e diárias de UTI não estão sendo devidamente suportados pelo Estado, e a universidade está vendo a necessidade de reduzir o atendimento, que está ficando comprometido não só em Uberlândia, mas em toda a região.

Aproveitamos a presença do nosso líder André Quintão para dizer que precisamos sensibilizar o governador Fernando Pimentel para que volte os olhos ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia. Que possamos saldar, nem que seja em parte, o débito que existe hoje da ordem de R\$22.000.000,00, evitando que o atendimento seja comprometido. Esse problema pode comprometer não apenas a saúde pública da cidade de Uberlândia, mas de toda a região. Os Municípios de Monte Alegre de Minas, Tupaciguara, Monte Carmelo, Abadia dos Dourados, Centralina, Canápolis, Capinópolis e Prata têm como referência a Universidade Federal de Uberlândia, o Hospital das Clínicas, principalmente quanto à pactuação da alta complexidade. Não há outro hospital com atendimento melhor, equipe técnica de nível tão elevado e uma estrutura tão fantástica de atendimento. Mas ele não está suportando mais os problemas econômicos. Não podemos mais continuar nessa situação.

Vamos realizar em Uberlândia uma grande audiência pública envolvendo todos os municípios da região; vamos convidar a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, a Secretaria de Estado de Saúde; vamos buscar interlocução com o governo de Minas para, de alguma forma, encontrar uma solução para esse grave problema que o Hospital das Clínicas está enfrentando hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado André Quintão – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, antes de iniciar formalmente este pronunciamento, quero me associar às manifestações de pesar e às condolências aqui prestadas. Tivemos perdas inenunciáveis do ponto de vista humano, político e afetivo, como o jornalista Artur Almeida, filho do grande jornalista Guy Almeida, e integrantes da federação das Apaes, técnicos e gestores que perderam sua vida num acidente trágico, bem como as vítimas do outro veículo e o ciclista. São situações tristes, são mortes precoces. Manifesto minha solidariedade a um grande inspirador dessa luta, o deputado federal Eduardo Barbosa, militante da assistência social, que perdeu a sua esposa. Tenho a certeza de que o exemplo e a inspiração com que as Apaes sempre nutriram a sua vida farão com que ele enfrente esse momento de dor, bem como todas as Apaes do Estado de Minas Gerais, que respeitamos tanto.

Nesta semana, particularmente, Sr. Presidente, teremos um momento que merecerá a atenção de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, que é o momento da votação do acolhimento ou não, por parte do Congresso, da denúncia do procurador-geral contra o presidente Michel Temer. É importante acompanharmos atentamente essa votação por vários motivos. Estamos vivendo, no Brasil, um momento, no mínimo, estranho. Muitas vezes, o juízo e as decisões são tomadas de maneiras díspares, diferenciadas, com critérios absolutamente desiguais; vemos tratarem de maneira diferenciada situações similares, em que muitas vezes se vê a judicialização da política ou a politização da justiça e, via de regra, os interesses das camadas populares, dos trabalhadores, dos mais pobres são secundarizados em relação aos interesses das elites econômicas.

Assistimos, num período recente, a um golpe parlamentar efetivado contra uma presidenta legitimamente eleita pelo sufrágio universal e direto, supostamente por ter cometido as chamadas pedaladas fiscais, argumento de frágil sustentação jurídica, prática reiteradamente realizada por outros presidentes, inclusive pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, num julgamento mais político do que legal ou jurídico. Um golpe. Vejam bem: assumiu o vice-presidente Michel Temer. Tem-se uma denúncia fundada em provas colhidas legalmente, com gravações, com vídeos em que se vê o principal assessor do presidente carregando malas de dinheiro. Corremos o risco, diante de tantos fatos, de ver o presidente passar imune, sem sequer ter a denúncia acolhida para uma eventual investigação. É importante que a população acompanhe esse fato para vermos como as coisas estão sendo tratadas em nosso país. Por outro lado, o ex-presidente Lula sofre uma condenação em 1ª instância, sem, absolutamente, a apresentação de um fato ou de uma prova concreta.

Então, é muito importante que a população acompanhe essa incoerência no julgamento dos fatos. Agora, o pior é que essa onda de incoerência está ancorada em objetivos políticos de muita intencionalidade, relacionados a uma agenda conservadora para o nosso país.

O golpe parlamentar impetrado contra a presidenta Dilma tem como substrato, como fundamento a necessidade, diante de uma crise econômica cíclica do capitalismo, de um enfrentamento ser feito sob a égide, sob a lógica da receita antiga do Estado mínimo, do arrocho, do ônus da crise recaindo sobre as pessoas mais pobres; sob a retração de financiamento de políticas públicas que garantam o acesso a direitos sociais.

É esta agenda que vem penalizando a população brasileira: a Emenda Constitucional nº 95, que congela gastos e investimentos sociais por 20 anos, com impacto considerável e perverso sobre as políticas de segurança, educação, saúde e assistência social; a Lei da Terceirização; a reforma trabalhista, que, a pretexto de modernização das relações entre capital e trabalho, retrocede ao início do século passado, ao período pré-Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, com o imperativo do negociado prevalecendo sobre o legislado, com a possibilidade da ampliação da jornada de trabalho para 10, 11, 12 horas, redução do horário de almoço, partilhamento de férias; uma série de projetos de cunho conservador que hoje tramita na Câmara dos Deputados; e a espada suspensa da reforma da previdência, que, entre outras coisas, retira até a possibilidade de o idoso pobre, com 65 anos, ter acesso ao benefício da prestação continuada, o salário mínimo mensal, jogando essa idade mínima para 70 anos. É um pacote de medidas, é um pacote de projetos – infelizmente alguns já transformados em legislações – que afetam principalmente as pessoas, o cidadão, a cidadã, que dependem da política pública, que não têm condição de prover por si só alguns direitos fundamentais.

Infelizmente, o resultado já é visível. São 14 milhões de desempregados; é o fenômeno da população de rua voltando. Só em Belo Horizonte tivemos no último período um crescimento de quase 40%, resultado da crise econômica e da omissão do governo federal no campo das políticas públicas. Há o fenômeno da violência, de uma sociedade mais tensionada. Por um lado, estão fatores que estão a multiplicar a vulnerabilidade social: o desemprego, a recessão, o desinvestimento no campo, a terceirização, a precarização das relações de trabalho, a reforma trabalhista. Por outro lado, estão uma visão e uma prática que fortalecem o subfinanciamento das políticas públicas: a emenda constitucional de congelamento de gastos, com uma visão distorcida do papel do Estado, com uma tendência inequívoca de abertura dos serviços públicos essenciais para as pessoas mais pobres à lógica de mercado, e não à lógica da dignidade humana.

É este o momento que estamos vivendo em nosso país: corrosão das instituições e baixa credibilidade dos partidos e da política. É uma política do salve-se quem puder, em que a lógica do interesse de grupos ou de pessoas prevalece sobre a do interesse público; em que aqueles que podem subverter, por meio do voto, nessa lógica perversa, são condenados sem provas; em que os movimentos sociais são criminalizados; e em que a intolerância política, religiosa, homofóbica perde os escrúpulos e se apresenta quase como um padrão de comportamento natural. Há também uma certa passividade da população brasileira, já curtida pelo insucesso e pela decepção deste período do governo Temer.

É muito importante que as pessoas de bem, que os movimentos sociais, que aqueles setores mais lúcidos dos partidos políticos, sejam eles de esquerda, sejam eles de centro, sejam eles de direita, projetem a construção de alternativas em que a democracia seja colocada como um valor máximo, supremo. Mas não só a democracia política, o direito a votar e de ser votado, que, aliás, está ameaçado, porque uma ex-presidenta foi tirada sem fundamento jurídico, e um ex-presidente, condenado em primeira instância para não ter o direito sequer de disputar uma eleição. É um golpe à democracia, uma fraude.

Além disso, estamos falando da continuidade das políticas de Estado, que permitiram ao Brasil sair do mapa da fome, que permitiram a 40 milhões de brasileiros sair da pobreza extrema, que permitiram a negros e pobres continuar no ensino médio, ascender e acessar os ensinos tecnológico e superior. É disso que estamos falando. Tudo isso hoje está absolutamente sob risco.

O Congresso está à beira de uma votação importante, de uma denúncia fundada, com vídeo, áudio e provas concretas; há o risco de um presidente, que tem pouco mais de 4%, 5% de aprovação popular, em troca de emendas ou de conchavos político-partidários, continuar com este governo ilegítimo e insensível.

Termino, Sr. Presidente, deixando este alerta. Não se trata apenas de uma votação, trata-se de um rumo que estamos escolhendo para o País. E esse rumo vai ter um capítulo importante na votação de amanhã. Muito obrigado.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queremos, no início desta fala, assinalar o nosso profundo pesar pelo falecimento, no último domingo, do Edson Gualberto, em Governador Valadares. O Edson foi não só um dos baluartes do setor de comunicação da região do Vale do Rio Doce, como também foi vice-prefeito em nosso mandato de 1997 a 2000, foi presidente da associação comercial de Governador Valadares e foi secretário de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico. Além disso, detinha um verdadeiro controle de várias áreas da imprensa da região, dentre elas a TV Leste, a TV Rio Doce, a Rádio Ibituruna, a Rádio Imparsom e a rádio de Açucena.

Ele contribuiu, sobremaneira, para que Governador Valadares se tornasse, cada vez mais, cidade-polo e cidade-metrópole daquela região. Então, pela amizade que construímos juntos, pelo trabalho que fizemos quando eu era prefeito e ele vice-prefeito, pelo tanto que ele contribuiu, pelo tanto que ele sonhava com o desenvolvimento do Município de Governador Valadares e da região, pelo tanto que ele ajudou, queremos deixar assinalado o nosso voto de profundo pesar pelo falecimento do grande companheiro, amigo e nosso ex-vice-prefeito Edson Gualberto, estendendo os nossos sentimentos a toda a sua família, à D. Cleusa, aos seus filhos e aos seus netos.

Sr. Presidente, o que nos traz também a esta tribuna é um protesto contra a ação do governador Pimentel e do Comando-Geral da Polícia Militar, que estão retirando de Governador Valadares o 43º Batalhão de Polícia, o que vai completamente na contramão do trabalho que precisa ser feito no Estado para melhorar a segurança pública. Sabemos que os grandes gargalos do governo estão na área da segurança, da saúde, da educação, do transporte, e assim por diante. Mas, numa hora em que todos nós estamos lutando para a melhoria da tranquilidade das famílias mineiras, para a melhoria da segurança da sociedade de Minas Gerais, vemos o governador, por meio do 6º Batalhão Policial Militar e do Comando-Geral da Polícia Militar, querer retirar do Município de Governador Valadares a sede do batalhão de polícia. Falam que querem levar para Guanhães ou para Aimorés, que são municípios que merecem e precisam de batalhões policiais, de uma segurança maior. Mas não se justifica retirar um batalhão de um município como Governador Valadares, em que, lamentavelmente, o índice de violência é muito alto, um dos mais altos do Estado. O governo quer melhorar a segurança retirando o batalhão daquele município.

No dia 20 de julho houve um movimento muito grande na câmara de vereadores, convocado por alguns vereadores do município, entre eles o Cel. Wagner, ex-comandante do 6º Batalhão Policial Militar, muito conhecido do colega deputado Sargento Rodrigues. Esse movimento foi no sentido de manter o 43º Batalhão, que foi para Governador Valadares em 2007, quando eu era prefeito do município, num trabalho que fizemos junto com as lideranças locais e com as regionais. O governo Fernando Pimentel alega que é para efeito de economia, que quer a polícia mais na rua. Ora, todos nós precisamos de polícia na rua, cada vez mais, mas não é dessa forma, sem nenhum planejamento. Ao contrário, ao retirar o 43º Batalhão de Governador Valadares, ele está economizando o mínimo, está retirando o comandante, o subcomandante e poucas pessoas da área logística, que não somam 10. A economia é mínima, mas a consequência é muito grande. A sensação de segurança, deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. que é especialista e é da área sabe, é ruim demais. É uma sensação de insegurança. A sensação de insegurança é muito maior quando se retira um batalhão de um município de uma região. A segurança vai lá para baixo. O governo precisa olhar essas coisas. A família valadarense e de toda região se sente completamente insegura.

A região que sediava o 43º Batalhão é chamada Niterói Valadarense, da Vila Isa à Ponte de São Raimundo, no Rio Doce. Eles já estão acostumados a conviver com o 43º Batalhão, ver o movimento de viaturas, que é a garantia de segurança para aquela

região, para Valadares e para todos os municípios a que esse batalhão dá assistência. Não é somente para Valadares, é também para os Municípios de Alpercata, Capitão Andrade, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Itanhomi, Marilac, Mathias Lobato, Periquito, Sobralia e Tarumirim. Duzentos e trinta e sete mil pessoas são assistidas pelo 43º Batalhão, numa área de cobertura de 5.588km².

Em todo o ano de 2016, deputado Sargento Rodrigues, os policiais militares pertencentes ao 43º BPM atenderam 18.044 ocorrências. Foram registrados 589 casos de roubos, 76 homicídios consumados e 139 tentativas de homicídio.

O batalhão, além de realizar serviços militares, alcança trabalhos sociais com projetos como Lutando pela Paz, que atende aproximadamente 180 alunos por ano; Conexão Dança, que atende aproximadamente 120 alunos; Proerd, voltado para o combate às drogas, formado por quatro militares e que em 2016 conseguiu formar 11.320 crianças; Patrulha Escolas, no qual dois militares atendem a 45 escolas; e Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica, em que dois militares atendem a ocorrências de agressões domésticas em toda a área do batalhão.

É por isso, Sr. Presidente, que estamos protestando veementemente contra a retirada do 43º Batalhão de Governador Valadares. Não podemos entender um governo que, em um momento crônico, um momento grave de preocupação intensa com a insegurança no Estado de Minas Gerais, toma providências dizendo que está retirando companhias de outros municípios – inclusive de áreas de Belo Horizonte –, tirando a sede das companhias e colocando-as numa *van*. Será, deputado Sargento Rodrigues, que o governo está vendendo essas antigas sedes?

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Ilustre colega e meu professor Bonifácio Mourão, cumprimento V. Exa. O requerimento fazendo um apelo ao governador já foi confeccionado, e pedi que fosse levado ao gabinete de V. Exa. para que assinasse, assim como a deputada Celise Laviola, o deputado João Magalhães e este deputado. O requerimento é para impedir que o 43º Batalhão, sediado na nossa querida Governador Valadares, seja varrido do mapa.

Quero dar um testemunho, e V. Exa. estava comigo quando fui homenageado e destinei uma emenda de R\$100.000,00 para o 43º Batalhão. Mas, se falar isso aqui, hoje, sendo a pessoa do deputado Sargento Rodrigues, a situação pode piorar, porque o comandante da Polícia Militar e o Cel. André Leão, chefe do Estado-Maior, adotaram uma postura em relação a minha pessoa como se fossem deputados líderes da base de governo. Eles estão se posicionando como se fossem deputados da base de governo, como se estivessem encarnados no perfil dos deputados André Quintão, Durval Ângelo, Rogério Correia, Tadeu Martins Leite, que fazem o papel deles como deputados que defendem o governo. Não estou criticando os deputados. Mas o comandante-geral da Polícia Militar, Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, e o coronel chefe do Estado-Maior, um senhor chamado André Leão, que se intitulou subcomandante-geral da Polícia Militar – ele achou lindo colocar esse nome de subcomandante-geral –, vêm massacrando de soldado a coronel e perseguindo policiais militares em todo o Estado. Policiais que não comungam com o governo, policiais que discordam da política do governo são perseguidos. Inclusive coronéis da ativa da Polícia Militar, professor Mourão. Sabe por quê? Porque esses dois passaram a adotar uma posição, não de coronéis comandantes da Polícia Militar, mas de partidários. Eles trouxeram e absorveram a ideologia partidária do PT. E tamanha é a aberração, tamanha é a vocação desses dois coronéis e do outro que saiu, o tal de Cel. Marco Antônio Badaró Bianchini, que fiz questão de publicar no meu informativo a foto dele com a camisa vermelhinha do PT no lugar da farda.

O deputado Bonifácio Mourão* – Da cor das atuais viaturas.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Exatamente. Hoje estive na Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar, e vejam o que encontrei lá. Está aqui a foto. (– Mostra o celular.) O Cel. Helbert Figueiró de Lourdes, comandante-geral da Polícia Militar, e o Cel. André Leão, depois de 242 anos de existência da Polícia Militar, conseguiram mudar as cores das viaturas, em alinhamento partidário com o PT.

É a maior vergonha que presenciei em quase 20 anos de Parlamento. Estão aqui: viaturas com cor vermelha. Pediremos, professor Mourão e deputado Dalmo, à nossa competente assessoria, à Dra. Luísa Barreto e ao Dr. Sabino Fleury, para assinarmos em bloco e provocarmos o Ministério Público, a fim de que se mova uma ação civil pública. Isso aqui, deputado Dalmo, é uma vergonha.

O nosso fotógrafo quer fazer uma foto. Pode fazê-la. Vou mandar publicar na minha *fanpage*, no final do dia, as cores vermelhas. É uma vergonha! Não é possível que o Ministério Público vá ficar calado. Se eu quiser fazer uma reunião na Comissão de Segurança Pública para cobrar esse tema, os deputados da base do governo não deixarão passar o requerimento; aliás, vão proibir, deputado Dalmo. É uma vergonha. Então, quero solidarizar-me com V. Exa.

Essas bases móveis que estão dizendo que eram para agregarem à segurança pública nos batalhões da capital não são móveis, mas, sim, fixas. Fizemos uma audiência pública – o deputado João Leite estava lá – na qual o Cel. Winston, comandante do policiamento da capital, ficou muito apertado e não sabia explicar isso. Estão colocando os policiais em situação de maior vulnerabilidade e risco. São bases, deputado Dalmo, que eram para ser móveis, em apoio às companhias. Eles querem trocar a companhia de 120 homens. Depois de a Polícia Militar ter apregoado como doutrina da instituição a sua aproximação à comunidade e a descentralização das companhias, levando-as até as comunidades, ou seja, depois de um trabalho de três décadas, o atual comandante e o governador Fernando Pimentel, do PT, querem agora trocar uma companhia de 120 homens por uma base. Como funcionariam essas bases? Eles dizem que são móveis. Só que, quando lhes perguntamos, eles nos respondem que são fixas. Ela chega e vai para o Padre Eustáquio. Retiram a 9ª Companhia com 120 homens, policiais devidamente instalados, que moram perto e se aproximaram da comunidade. Deputado Dalmo, a comunidade vem realizando um trabalho em conjunto com a Polícia Militar, fazendo tudo aquilo. E aí? A base se desloca lá, no Padre Eustáquio. Fica perto da igreja, professor Mourão.

Ela fica fixa com apenas dois policiais, expondo ainda mais ao risco a integridade física dos nossos policiais militares. O comandante-geral da Polícia Militar deveria lembrar, em algum momento ou em alguns instantes, que ele é chefe de polícia, que o governo passa e que está arrebatando os policiais e expondo-os. Esse é um ato de absoluta omissão e conivência com esse governo corrupto e bandido de Fernando Pimentel. Agradeço a V. Exa. o aparte.

O deputado Bonifácio Mourão* – Nós é que lhe agradecemos, deputado Sargento Rodrigues. Já encerraremos, presidente Dalmo Ribeiro. Deputado Sargento Rodrigues, se as viaturas são pintadas de vermelho, e não se toma providência alguma, certamente as fardas também virão, futuramente, em vermelho, pela mesma razão.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Muito bem, professor Mourão. Daqui a pouco fardaremos o nosso pessoal com as cores vermelhas.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sim, vermelhas. Sair dessa tradição do cinza, que é centenária na Polícia Militar, conforme V. Exa. registrou.

Para encerrar, Sr. Presidente, queremos dizer que o governo está retirando o 43º Batalhão de Governador Valadares e algumas companhias de polícia da sua sede. Será que este governo está coerente com o objetivo maior da Polícia Militar, que é o policiamento preventivo? Será que é preventivo retirar um batalhão de um município e de uma região? Isso é policiamento preventivo, se a sensação de insegurança crescerá muito mais e o efeito psicológico será completamente imprevisível para a sociedade mineira? Fica aqui a nossa pergunta. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, esse requerimento é da Comissão de Saúde e surgiu em face a um problema sério que estamos enfrentando em Minas Gerais com relação ao programa de urgência e emergência. Presidente, tínhamos algumas unidades de pronto atendimento que deveriam estar prontas e já funcionando. Algumas delas já estão funcionando na capital, nas cidades metropolitanas; mas, nas cidades-polo regionais, principalmente Montes Claros, no Norte de Minas, e em várias outras,

estamos enfrentando um problema seriíssimo, que é a falta de um planejamento, de um programa do governo do Estado para atendimento de urgência e emergência.

Nós já estivemos com o secretário Sávio, iniciamos uma conversa, e agora estamos oficializando essa conversa que a comissão teve com o secretário, pedindo-lhe que possa explicar, disponibilizar para a Comissão de Saúde, para esta Casa, para o povo de Minas Gerais a verdadeira programação do governo do Estado no atendimento de urgência e emergência. A situação está crítica. Os hospitais estão fechando as suas portas, os prontos-socorros não estão dando conta de manter o atendimento 24 horas, com a presença de médicos, e médicos especialistas. A cada dia está se aprofundando mais a crise, presidente, na área de urgência e emergência em Minas Gerais.

Já tomamos a liberdade de convidar o secretário Sávio, mais uma vez, à Comissão de Saúde, juntamente com o secretário de Planejamento e o secretário de Fazenda, para que possamos ter acesso a isso. O secretário fala que tem acesso ao orçamento, mas não tem acesso ao financeiro. Então acho que é hora de passar a situação a limpo. A situação é dramática, as pessoas estão morrendo nas portas dos nossos hospitais, os hospitais estão fechando as portas, não há como manter mais o atendimento. Chegou-se a um ponto em que não dá mais para esperar. O secretário tem de apresentar um plano. Não existe plano. A saúde pública de Minas Gerais está praticamente acéfala, porque não temos uma programação, não temos informações sobre o que o Estado vai fazer aqui em Minas Gerais.

Então, ficam aí esse requerimento oficial da Comissão de Saúde e a nossa esperança de que possamos ter uma informação oficial. E, a partir dessa informação, vamos procurar estabelecer um debate e uma forma até mesmo de ajudar o Estado a distribuir os recursos da saúde, que não estão chegando, aos vários pontos de Minas Gerais, para o atendimento de urgência e emergência. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Esse é outro requerimento, Sr. Presidente, que estávamos esperando pacientemente, até o momento, para que pudéssemos discutir. Aprovamos integralmente essa manifestação de aplauso e até mesmo de apoio ao Dr. Apolo Heringer Lisboa, um dos maiores sanitaristas que o Brasil tem, um homem vocacionado pela defesa sistemática do meio ambiente, uma pessoa preparada para discutir o meio ambiente em qualquer fórum. Ele deveria ser, inclusive, mais bem aproveitado pelo governo, porque pode ensinar muito tanto ao governo do Estado, quanto ao governo federal. O Dr. Apolo Lisboa fala sobre o papel do Estado e da Copasa na gestão do ecossistema ambiental em Minas Gerais.

Sr. Presidente, a Copasa tem os seus acertos, mas está cometendo um erro crucial, um pecado capital na gestão do meio ambiente em Minas Gerais. O que a Copasa faz? Até então, a Copasa recebe graciosamente a água dos mananciais de todos os municípios dos quais ela tem a concessão. Ela recebe, capta a água e a distribui para a população. Não é uma distribuição gratuita, é paga. A população paga por essa água distribuída, e a Copasa não se preocupa – aliás, nunca se preocupou, é uma farsa o que ela faz – em fazer a recuperação dos cursos d'água, rios, córregos e riachos. A Copasa age como um bando de gafanhotos. Ela utiliza a água de superfície e, quando acaba, ela pula para outro rio, outro manancial, perfura poços artesianos profundos para abastecer a população, com uma visão eminentemente econômica. Ela recebe, e muito. Basta ver o relatório da Copasa, do primeiro semestre: são milhões e milhões de lucros, e isso é jogado na Bolsa. A Copasa possui os seus parceiros da iniciativa privada e não se preocupa, presidente, em fazer a recuperação dos nossos rios, o desassoreamento dos rios, a recuperação das nascentes dos rios em Minas Gerais, que estão morrendo.

Queria falar para V. Exa. de um fato que tem chocado a cidade de Montes Claros. Montes Claros, presidente, possui 450 mil habitantes e, a partir desta semana, a Copasa vai distribuir água para a população de forma racionada. Há bairros que ficam dois, três dias sem receber água. A barragem da Copasa está no volume morto, não conseguirá abastecer a cidade de Montes Claros nem por mais 30 dias. Então, a Copasa saiu perfurando poços profundos, num programa emergencial. Ela não se preocupa com isso há

muitos anos. Estamos enfrentando, em Montes Claros, meu caro Dalmo, o quinto ano consecutivo de seca. A Copasa sabia, há cinco anos, seis anos, que iríamos enfrentar, como estamos enfrentando, a maior seca da história de Montes Claros. Para ter o desfecho de ouro, sabem o que a Copasa está querendo fazer? Captar a água do Rio Pacuí, que fica a 60km de Montes Claros. É um rio que já está morto, um rio que não consegue abastecer as cidades de Coração de Jesus, São João do Pacuí, Ibiaí e várias outras cidades da região. Ela sabe que o Rio Pacuí não consegue abastecer Montes Claros e está insistindo no programa, na construção de uma adutora de 58km, numa estação de captação de água de um rio que está agonizando, que está morto, mesmo sabendo que não vai resolver o problema de Montes Claros. Por que a Copasa não pega para si a incumbência, a responsabilidade de construir uma barragem que já está projetada para Montes Claros, a Barragem de Congonhas, presidente? Ela sabe que esse investimento, que é muito menor, vai pelo menos tentar resolver temporariamente esse problema. Não vai resolver o problema.

Vamos propor, nesta Casa, um amplo debate sobre a ação da Copasa. Tenho debatido isso ao longo dos anos. Tenho denunciado o crime que a Copasa pratica em todo o Estado de Minas Gerais, ao receber a água de graça da natureza, de Deus, e tratá-la, vendê-la cara e devolvê-la em forma de esgoto, que é jogado *in natura* dentro dos nossos rios. Ela não faz a recuperação das nascentes, não faz o desassoreamento dos rios, não faz o plantio das matas ciliares, e é essa Copasa que é cantada em verso e prosa.

É uma empresa que pode ser e é considerada a maior poluidora de Minas Gerais e fica aí fazendo propaganda, tentando enganar as pessoas. Não vamos aceitar.

Só vou votar esse requerimento em homenagem ao Apolo Heringer, um dos grandes ambientalistas, mas gostaria muito de estar votando uma moção de repúdio à Copasa, pela irresponsabilidade, falta de compromisso e falta de um programa voltado para o povo. É uma empresa poluidora, que esfolia a população e não cumpre os seus deveres. “Não” à Copasa.

Se for possível, presidente, em breve traremos mais informações e apresentaremos, neste mesmo local, neste mesmo Plenário, um voto de repúdio à Copasa pela poluição e pelo descaso com o povo de Minas Gerais.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/7/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 15/7/2017, que nomeou Norival Francisco de Lima, padrão VL-26, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

exonerando, a partir de 7/8/2017, Claudio Lúcio Drumond, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Joaquim Elesbão Meireles, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Dirceu Ribeiro;

nomeando Norival Francisco de Lima, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Antonio Carlos Arantes;

nomeando Victor Filgueiras Bittencourt, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/8/2017, na pág. 62, onde se lê:

“Relina Conradt”, leia-se:

“Relina Conradt Lemes”.

**ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/7/2017**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 4/8/2017, na pág. 20, onde se lê:

“É recebido pela presidência e submetido a votação o Requerimento nº 9.137/2017”, leia-se:

“É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 9.137/2017”.